

INTERPRETAÇÃO É INTERVENÇÃO? A ANÁLISE DO DISCURSO E O COMPROMISSO SOCIAL EM MICHEL PÊCHEUX A PARTIR DE PESQUISAS SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Katia Alessandra dos Santos¹

Resumo: A Análise do Discurso de Michel Pêcheux nasce com duas características: o caráter político e a não delimitação como campo disciplinar, tensionando os saberes e produzindo um mal-estar nas ciências humanas e sociais. Tendo em vista esse caráter fundador, este trabalho pretende colocar em pauta o compromisso social e político da AD, partindo da proposta do grupo de pesquisa “Laboratório discursividades, mulheres e resistência”. O grupo surge com o objetivo de analisar fenômenos sociais e propor intervenções que se voltem ao combate da violência contra a mulher que ainda reverbera no cenário contemporâneo. Nesse sentido, provocamos a AD Pêcheuxtiana naquilo que a constituiu, a relação com temas/pautas emergentes e com populações vulneráveis, a fim de produzir práticas que se voltem à intervenção e transformação social.

Palavras-chave: interpretação; intervenção; análise do discurso; violência contra a mulher.

IS INTERPRETATION AN INTERVENTION? DISCOURSE ANALYSIS AND SOCIAL COMMITMENT IN MICHEL PÊCHEUX THROUGH STUDIES ON VIOLENCE AGAINST WOMEN

Abstract: The Discourse Analysis theorized by Michel Pêcheux is born based on two characteristics: the political feature and the non-delimitation as a disciplinary field, tensioning knowledge and rising a discomfort in Human and Social Sciences. Considering this founder feature, this paper aims at bringing to discussion the social and political commitment of the Discourse Analysis, starting from the proposal of the research group “Laboratory discursivities, women and resistance”. This group emerges with the goal of analyzing social phenomena and proposing interventions that focus on fighting violence against women that still reverberates in the contemporary scenario. In this sense, we intend to provoke the Pêcheuxtian Discourse Analysis in its bases, the relation with emerging themes/agendas and with vulnerable populations, in order to produce praxis which focus on intervention and social transformation.

Keywords: interpretation; intervention; Discourse Analysis; violence against women.

¹ Doutora em Psicologia pela Universidade de São Paulo-USP/ Ribeirão Preto (2012), estágio de pós-doutorado em Psicologia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto-USP, sob supervisão da professora Dra Leda Verdiani Tfouni, com estágio na Université de Paris 13, sob supervisão de Marie-Anne Paveau. Docente da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO/Irati. . E-mail: kalassandra@unicentro.br

Primeiras palavras: Michel Pêcheux e o caráter político-ideológico da AD

Michel Pêcheux inicia seus escritos ainda como Thomas Herbert, dando lugar a um outro em relação ao pesquisador que atuava no Laboratório de psicologia social (MALDIDIER, 2003). Constrói uma teoria aliando achados da linguística, do materialismo histórico e das teorias do discurso (PÊCHEUX, 2009). Por fim, deixou sua teoria em aberto, voltando a um diálogo, sempre presente, mas também em suspenso, com a Psicanálise (PÊCHEUX, 2008, 2009). Tendo em vista esse caráter fundador da AD, este trabalho tem como objetivo discutir os encaminhamentos da Análise do Discurso na contemporaneidade, a partir de algumas tentativas de trabalho pelo viés da AD, visando intervenção sócio-política.

A Análise do Discurso surge na França, na década de 60, em meio à generalização nas ditas Ciências Humanas, do Estruturalismo, o que colocou a linguística como ciência-piloto (GADET; HAK, 2014, p. 8). Contudo, um diferencial que a AD apresenta, em relação a outras perspectivas de estudos da língua, é o caráter eminentemente político. “Ela nasce na crença em uma visão de intervenção política, porque aparece como portadora de uma crítica ideológica apoiada em uma arma científica, que permitiria um modo de leitura cuja objetividade seria insuspeitável” (GADET, HAK, 2014, p. 9). Os autores mesmos mencionam a “ilusão” de uma leitura verdadeira, a partir de uma máquina de ler, crítica que o próprio Pêcheux fará posteriormente, já em *Semântica e Discurso - Les Vérités de La Palice*, texto de 1975 (PÊCHEUX, 2009).

De todo modo, como enunciamos anteriormente, Pêcheux constrói uma teoria com base em três regiões do conhecimento:

1. materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
2. A linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;
3. a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos” (PÊCHEUX, FUCHS In: GADET, HAK, 2014, p. 160).

Essas três regiões perpassadas, ainda, por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica. Assim, o autor constrói uma perspectiva discursiva ancorada em uma teoria do sujeito e da ideologia, perspectiva que foi se modificando, como disseram Gadet e Hak (2014), mas que preserva elementos fundamentais: “há questões que concernem à produção do sentido que permanecem sempre muito vivas para quem pensa que o sentido deve ser apreendido, ao mesmo tempo, na língua e na sociedade” (GADET, HAK, 2014, p. 10).

Ainda na proposta da *Análise Automática do Discurso* (1969/2014, doravante AAD-69), Pêcheux apresenta uma ferramenta bastante ousada: um dispositivo de leitura que permitiria analisar os discursos políticos. É preciso destacar que o autor recusa já nessa proposição a noção de linguagem como instrumento de comunicação, denunciando a não neutralidade da língua, marcando a ligação do discurso à política. Desta perspectiva, apresenta-se uma alternativa teórica e metodológica à Análise de Conteúdo, tão disseminada como técnica, por excelência, para o trabalho científico com dados verbais.

O conceito de discurso apresentado por Pêcheux já desde a AAD-69 opõe-se à noção de língua como instrumento de comunicação ou fonte de transmissão de mensagens, como se postulava pela Teoria da Informação. O autor afirma preferir o termo discurso, uma vez que “implica que não se trata necessariamente de uma transmissão

de informação entre A e B mas, de modo mais geral, de um ‘efeito de sentidos’ entre os pontos A e B” (PÊCHEUX, In: GADET, HAK, 2014, p. 81). Entram em cena, nessa definição, o que ele chama nesta obra de *formações imaginárias*, espécie de jogo de imagens entre locutor, interlocutor e objeto do discurso, que faz com que seja possível o mecanismo da antecipação, entendendo que essa “antecipação *do que o outro vai pensar* parece constitutiva de qualquer discurso” (PÊCHEUX, In: GADET, HAK, 2014, p. 76, grifo do autor). Essas imagens, somadas ao contexto/situação (referindo-se apenas ao contexto imediato na obra AAD-69) resultam naquilo que o autor chamou de condições de produção do discurso. No texto de 1975, (PÊCHEUX, In: GADET, HAK, 2014, p. 170), Pêcheux afirma a necessidade de se organizar uma teoria não subjetiva da subjetividade, ou seja, uma teoria que possibilite olhar para a produção discursiva de um sujeito empírico e vislumbra-lo enquanto um representante de uma instituição, de um tempo histórico e ideológico. Dessa perspectiva, todo discurso só pode ser considerado na relação com a exterioridade que lhe é constitutiva, permeado pelos “já-ditos”, os dizeres anteriores que atravessam e embasam a organização dos discursos.

No texto de 1983, *A análise de discurso: três épocas*, Pêcheux (In: GADET, HAK, 2014) avalia o percurso empreendido, mencionando a passagem de uma concepção de discurso e de sujeito como estrutura fechada (AAD-69), dominados por condições de produção estáveis e homogêneas, para um segundo momento que passa a olhar para “as relações entre as ‘máquinas’ discursivas” (PÊCHEUX, in: GADET, HAK, 2014, p. 309). Surgem, nesse segundo momento, conceitos como o de formações discursivas (que faz explodir a noção de máquina estrutural), tomado de empréstimo de Michel Foucault, e o de interdiscurso, que surge para “designar ‘o exterior

específico’ de uma FD” (PÊCHEUX, in: GADET, HAK, 2014, p. 310). Mesmo com as mudanças dessa segunda fase, o autor nos diz que a noção de sujeito continua vinculada a uma ideia de assujeitamento à maquinaria da FD com a qual se identifica.

No que se refere à chamada terceira fase, modificam-se noções essenciais como as mencionadas acima: de discurso como constituído por FD fechadas, de sujeito como mero porta-voz de ideologias dominantes e também em relação aos procedimentos de análises, que, antes fixos pela AAD-69, agora não mais se sustentam. O conceito de heterogeneidade enunciativa passa a desorientar noções que separavam processos linguísticos/materiais de discursivos. Em *O discurso: estrutura ou acontecimento* (1983/2008), Pêcheux coloca em oposição os discursos logicamente estabilizados e as formulações equívocas, afirmando, como bem resumiu Eni Orlandi, em nota à edição brasileira da obra, que, na reflexão sobre a materialidade da linguagem e da história, há uma “região de equívoco e em que se ligam materialmente o inconsciente e a ideologia” (In: PECHÊUX, 2008, p. 9).

A noção de discurso como estrutura ou acontecimento é discutida a partir da demonstração da opacidade da linguagem, por meio da análise do enunciado *On a gagné*, o qual congrega em si “uma série heterogênea de enunciados, funcionando sob diferentes registros discursivos, e com uma estabilidade lógica variável” (PÊCHEUX, 2008, p. 23). Essa noção de heterogeneidade dos discursos traz um efeito importante na consideração do sujeito também como heterogêneo. “Esta ‘cobertura’ lógica de regiões heterogêneas do real é um fenômeno bem mais maciço e sistemático (..) tudo se passa como se, face a essa falsa-aparência de um real natural-social-histórico homogêneo coberto por uma rede de proposições lógicas, nenhuma pessoa tivesse o poder de escapar totalmente” (2008, p. 32). Com isso, não haveria espaço para o sujeito se deslocar. A partir da

noção de acontecimento, entretanto, é possível considerar, nas análises discursivas a divisão entre dois espaços: o das significações estabilizadas e das transformações/deslocamentos dos sentidos.

Por fim, no famoso texto de revisão, de 1983, *Análise do discurso: três épocas*, Pêcheux apresenta o questionamento que se coloca no cerne da nossa discussão: “Em que condições uma interpretação pode (ou não) fazer intervenção?” (In: GADET, HAK, 2014, p. 314). É a partir dele que pretendemos pensar as implicações práticas das análises que fazemos com base no escopo teórico-metodológico da AD, sobretudo quando pensamos no malfadado “compromisso social”, tão cobrado, inclusive, por órgãos de fomento à pesquisa.

Partimos do pressuposto de que analisar discursos, por si só, ainda que nem mesmo entremos em contato com os sujeitos empíricos que os produzem (análises de textos escritos coletados diretamente, por exemplo), faz com que seja possível destacar, ou colocar na ordem do dizer assuntos de importância não só para o progresso da ciência, mas com efeitos de ordem prática por meio de políticas públicas, legislações etc. Com efeito, como já destacou Pêcheux em AAD-69, “todo processo de produção, em composição com um estado determinado das condições de produção de um discurso, induz uma transformação desse estado” (PÊCHEUX, In: GADET, HAK, 2014, p. 89). Por esta premissa podemos entender que não somente produzimos efeitos ao falarmos ou darmos espaço de fala em nossas pesquisas para determinadas pessoas e/ou temas/tópicos, mas, com isso, há deslizamentos, mudanças no estado das coisas. Assim, entendemos que esse tipo de pesquisa implicaria, portanto, em mudanças sociais. Entretanto, estamos buscando com essa reflexão pensar os efeitos mais imediatos de intervenções, sobretudo para os sujeitos participantes de pesquisas, a partir do viés da AD.

“Em que condições uma interpretação pode (ou não) fazer intervenção?”

Partindo do questionamento mencionado neste subtítulo, apresentaremos um exemplo no Brasil, empreendido pelo Grupo de Pesquisa AD-Interfaces, fundado e coordenado pela professora Leda Verdiani Tfouni (USP-Ribeirão Preto-São Paulo- Brasil) para depois falar das pesquisas desenvolvidas e coordenadas pela autora deste texto. Há diversos outros exemplos, é claro, entretanto, para não incorreremos no erro de apresentar um levantamento parcial, querendo-se total, assumiremos a parcialidade, mencionando apenas aqueles grupos e/ou produções que nos são próximos.

Tfouni (1995/2010) é reconhecida por ser uma das primeiras a discutir o conceito de letramento no Brasil, e o faz a partir de um viés discursivo, tomando como objeto de investigação as práticas letradas a partir de adultos não alfabetizados. O grupo inicia seus trabalhos nas fronteiras da AD, sobretudo a partir da articulação com a psicanálise, mas também com a psicologia, pedagogia, história, artes, direito, entre outras áreas. As articulações encontram um ponto comum e, ao mesmo tempo, de deslocamento e crítica em relação ao paradigma dominante de ciência, o paradigma indiciário (GINZBURG, 1989). Segundo esse paradigma, o investigador trabalha com sinais, indícios que conduzem ao processo de produção de sentidos. O compromisso social aparece desde as primeiras publicações do grupo em torno da alfabetização e do letramento, que se voltam a sujeitos não letrados de diversos grupos sociais (TFOUNI, 2006; TFOUNI; PEREIRA; ASSOLINI; SARTI; ADORNI, 2008). Assim, o grupo AD-Interfaces interroga a AD justamente ao se voltar para o que a constituiu: a relação entre diversos campos do saber e o compromisso social. Desse modo, localizado dentro de um departamento de psicologia, produz

sintoma ao questionar saberes e práticas. Por fim, as pesquisas voltam-se ao contemporâneo: grupos sociais vulneráveis, questões de gênero, cultura digital, estruturas e práticas clínicas, dentre outras temáticas que tocam o elemento fundador da AD: o retorno às demandas sociais e o questionamento da própria produção científica.

O trabalho que desenvolvi junto ao grupo AD-Interfaces voltou-se à análise dos discursos em torno do feminino, entretanto, após a finalização do doutorado, ao organizar minhas ações na universidade em que leciono, em um curso de psicologia, deparei-me com alguns questionamentos acerca da efetividade e da transformação social que as pesquisas que desenvolvemos podem produzir. Assim, passei a coordenar um projeto de extensão que se propõe a prestar atendimento jurídico e psicológico a mulheres em situação de violência, o Núcleo Maria da Penha-NUMAPE² e também a organizar outras pesquisas a partir da criação do Grupo de Pesquisa cadastrado no CNPq “Laboratório discursividades, mulheres e resistência”. Desse modo, o tema da violência contra a mulher passou a fazer parte das minhas investigações e intervenções, de forma que se colocou como questão para mim saber se a AD seria um dispositivo teórico possível para articular pesquisas e atividades intervencionistas.

O contato com produções nos domínios da psicologia e letras acerca do tema da violência contra a mulher me fez perceber que as pesquisas que tinham como escopo teórico a Análise do Discurso (em qualquer vertente) não apresentavam caráter interventivo. A maioria analisava discursos relacionados ao tema coletados por meio de materialidades diversas: publicações de domínio público, legislação, material jornalístico ou

2 O nome do projeto baseia-se na Lei Maria da Penha, dispositivo legal de 2006 que criminaliza, no Brasil, casos de violência doméstica contra a mulher. Trata-se de projeto vinculado ao Programa Universidade Sem fronteiras, financiado pela Superintendência da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior-SETI.

publicitário, ou até entrevistas com mulheres que passaram por situações de violência, mas não mencionavam nenhum tipo de devolutiva ou ação realizada com essas mulheres após a coleta de dados. Um exemplo desse último tipo de pesquisa é o trabalho de Peron (2016) que analisou relatos orais de mulheres que passaram (ou estavam passando) por situações de violência acerca dos sentimentos no discurso sobre a violência conjugal. Em que pese as transformações para a pesquisadora, descritas largamente por ela em sua tese, ao destacar a riqueza dos dados que coletou, não se demonstra em nenhum momento os efeitos para as participantes.

Nessa esteira, a fim de exemplificar um pouco a produção relacionada ao tema da violência contra a mulher, a partir de uma perspectiva discursiva, fizemos uma busca de publicações disponibilizadas no portal Scielo, com os descritores “violência”, “mulher”, “análise” e “discurso”, a qual resultou em 18 artigos. Dessas 18 produções, várias pesquisas não atenderam aos critérios que buscávamos, que diziam respeito a tratar especificamente do tema violência contra a mulher a partir de uma perspectiva discursiva. Muitas delas, apesar de mencionar a palavra “discurso” no texto utilizaram a técnica da Análise de Conteúdo, apesar de terem como instrumento de coleta de dados entrevistas semiestruturadas ou outros dados verbais. Também foram descartadas pesquisas de revisão da literatura. Com esses critérios, ficaram apenas 8 estudos nesta revisão.

Grande parte dos estudos selecionados analisava discursos relacionados à violência obstétrica: um, a partir da análise de documentos divulgados por associações médicas e outras instituições, por meio de vertente foucaultiana (PALHARINI, 2017); outro analisava discursos militantes relacionados à violência no parto (BOCCHI, 2016), outros ainda tematizavam a questão da violência obstétrica ou na gravidez,

por meio do relato de profissionais da saúde (OLIVEIRA, PENNA, 2017; SALCEDO-BARRIENTOS; MACEDO; EGRY, 2014) ou ainda por meio do relato das próprias mulheres puérparas (PEDROSO, LOPES, 2017); e outros discutiam também a violência contra a mulher, de um modo geral, por meio do relato de profissionais da área da saúde (RODRIGUES, 2014). Passando para outra temática, um dos trabalhos (FLACH; DESLANDES, 2019) analisou produções discursivas sobre controle e monitoramento do parceiro veiculadas nas ferramentas digitais ofertadas pelos sistemas Android e iOS, por meio da vertente da Análise do Discurso Crítica. Também partindo dessa mesma vertente teórica, o último artigo analisado (MENEGUEL; MARGUERITES, 2017) discutiu sobre o feminicídio, a partir da análise de inquéritos policiais.

As pesquisas das áreas da saúde (5) caracterizam-se como pesquisas qualitativas, de caráter exploratório, uma vez que pretenderam levantar dados acerca da percepção das mulheres ou profissionais a respeito da questão da violência. As outras, das áreas de letras (1) ou de gênero (2) (caracterização com base na área do veículo em que foram divulgados) apresentam uma tendência de coletar dados a partir de materialidades já disponíveis (fontes secundárias), como jornais, inquéritos, documentos, etc.

Não queremos afirmar que pesquisas são mais ou menos importantes, a revisão que ora apresentamos serve apenas para (re) afirmar que grande parte das pesquisas acerca do tema da violência contra a mulher, de perspectivas discursivas, a despeito de seu caráter crítico, não trazem em seus aspectos metodológicos nenhum tipo de intervenção. Com isso, passamos à discussão de algumas possibilidades de pesquisa com esse recorte interventivo voltado às participantes.

AD e compromisso com agenda política: o trabalho com mulheres em situação de violência

Guilhamou (2007, p. 199) afirma que “os valores éticos iniciais da análise de discurso, em particular, seu interesse emancipatório, conservam-se, se podemos dizê-lo, até uma construção discursiva com as próprias fontes dos atores”, e justifica sua afirmação através do exemplo de estudos que se voltam “às ‘histórias de vida’ dos ditos ‘excluídos’”. O trabalho de Guilhamou (2007, p.199) aponta para os efeitos “no interior da troca discursiva entre o pesquisador e o membro da sociedade”, o que chama de uma “perspectiva emancipatória”. Assim, argumenta o autor:

Do material sociológico da enquete, emergem, com efeito, configurações de sentido inéditas que contribuem a valorizar os sujeitos emergentes, portanto, a designar novas formas de subjetivação e objetos nocionais inéditos, no mesmo momento em que o pesquisador toma consciência de suas próprias responsabilidades (GUILHAUMOU, 2007, p. 200)

Como professora de pesquisa no curso de psicologia, não posso deixar de concordar com o autor, afinal, é lugar comum afirmar os efeitos e transformações que ocorrem tanto no pesquisador quanto nos participantes de pesquisa, ainda que esse não seja o propósito inicial do estudo. Contudo, quando nos referimos a pesquisas que tematizam a violência contra a mulher, possibilitar um espaço de fala apenas para coletar dados pode significar o que chamamos no atendimento de mulheres em situação de violência de “revitimação”. Esse processo, que geralmente ocorre por meio das próprias instituições que acolhem as mulheres, refere-se ao fato de a mulher precisar repetir inúmeras vezes e, com isso, reviver a história de violência. Assim, entendemos que é importante refletir acerca das potencialidades dos trabalhos com viés discursivo, procurando articular de algum modo efeitos positivos reais e mais imediatos na

vida das pessoas, contudo é preciso ser cuidadoso quando se produz dados para serem analisados a partir da fala das chamadas populações vulneráveis, sob pena de ser a ciência e a academia mais um agente de violência.

A fim de discutirmos algumas possibilidades de trabalho pelo referencial teórico da Análise do Discurso, apresentaremos algumas ações vinculadas ao grupo de pesquisa, cadastrado no CNPq “Laboratório discursividades, mulheres e resistência” e ao Projeto de Extensão Núcleo Maria da Penha-NUAPE, ambos coordenados pela docente autora deste trabalho.

Em nosso trabalho com a questão da violência contra a mulher, produzimos, de início, um deslocamento, ao compreendermos as mulheres como “em situação de violência” e não “vítimas” de violência. A nomeação, por si só, pode parecer inócua, entretanto, discutiremos os efeitos desse deslocamento na prática das pesquisas e intervenções desenvolvidas. Lembramos a afirmação já trazida neste texto de Michel Pêcheux: “(..) tudo se passa como se, face a essa falsa-aparência de um real natural-social-histórico homogêneo coberto por uma rede de proposições lógicas, nenhuma pessoa tivesse o poder de escapar totalmente” (2008, p. 32). Se pensamos que as alterações na língua não produzem nenhuma mudança, então estamos condenados à repetição e à reprodução.

Na direção contrária da repetição, uma pesquisa orientada pela autora deste trabalho nos fez repensar a função da pesquisa e da universidade. O trabalho, intitulado *Feminismo, pra quê(m)?* (BOZZI; SANTOS, 2018) tinha por objetivo compreender o discurso de mulheres que frequentavam um equipamento de assistência social, acerca do feminismo. Assim, a pesquisa, buscando sentidos inequívocos, queria confirmar o que as mulheres “sabiam” acerca do feminismo, partindo de uma evidência, de um sentido estabilizado. Ao coletar

os dados, entretanto, descobrimos que essas mulheres não tinham uma visão equivocada acerca do feminismo, conforme prevíamos na hipótese da pesquisa, mas, sim, nunca tinham ouvido esse termo. Além disso, as participantes nos interrogaram acerca do propósito do estudo, dizendo que, uma vez que estávamos na universidade, era nossa obrigação ensiná-las e não demandar delas respostas. Foi necessário, portanto, se haver com o equívoco, entendendo-o, a partir daí, como “fato estrutural implicado pelo simbólico” (PÊCHEUX, 2008, p. 51) para podermos sair da ilusão de transparência da linguagem e da própria ciência. Aprendemos com essas mulheres um sentido de militância que até então não conhecíamos e só assim foi possível intervir, a partir do que nos foi demandado logo no início do contato com as participantes.

Uma outra pesquisa, que foi publicada como capítulo de livro, (*D*) *Enunciar a Violência contra a mulher na universidade: uma análise discursiva* (SANTOS; ZARPELLON, 2019), foi escrita com base nas ações de um projeto de extensão e de repercussões nas redes sociais dentro da universidade. Foram analisadas publicações de denúncias de assédio sexual numa rede social, protagonizados por atores da comunidade universitária. A discussão passou pelos deslizamentos de sentido em torno de crime, acusador e acusado, considerando a máxima de que “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (PÊCHEUX, 2008, p. 53). A reflexão teórica foi necessária para compreendermos (e poder auxiliar as mulheres envolvidas nas denúncias) as diferentes repercussões da denúncia de casos de assédio, sendo que uma delas passava justamente pela transformação das acusadoras em infratoras, por força do discurso jurídico-legal.

Outro exemplo de intervenção desenvolvida a partir dos pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso foi o Projeto de Extensão,

desenvolvido no ano de 2018, *Combate à violência e Redução de Danos: autonomia e dimensão pública-política do corpo da mulher no cenário acadêmico*. Tratou-se de um projeto que teve por objetivo prevenir a violência contra a mulher nas festas universitárias, desenvolvendo estratégias de cuidado. Para isso, foi produzido um material didático intitulado *Cartilha Redução de Danos no Rolê*. Análises discursivas serviram de instrumental para pensar um material que produzisse efeitos nos/nas interlocutores/as, com linguagem apropriada e informações necessárias, porém não excessivas. O projeto também contou com intervenções em festas universitárias e organização de grupos de discussão com acadêmicas do *campus*. Para os grupos, foram selecionados temas para grupos com estudantes, com objetivo de desenvolver estratégias de autocuidado e cuidado coletivo.

A perspectiva discursiva que deu substrato ao projeto permitiu juntar elementos da área da saúde-mais propriamente da Redução de Danos-a partir de um recorte de gênero. Pensar o corpo da mulher no cenário festa de um viés discursivo possibilitou vislumbrar o corpo-discurso da mulher como pertencente a uma rede discursiva, um conjunto de saberes e dizeres que o determinam e produzem sentido. Permitiu, por outro lado, conceber esse corpo-discurso como heterogêneo, o que abriu margem para deslizamentos de sentido que colocam em cena um corpo-sujeito-mulher capaz de produzir estratégias de autocuidado e cuidado coletivo.

Por fim, refletiremos um pouco acerca da prática de atendimento a mulheres em situação de violência a partir da experiência no projeto de extensão: Núcleo Maria da Penha-NUAPE. O projeto realiza atendimentos psicológicos e jurídicos a mulheres em situação de violência, assim, acaba se colocando entre diferentes campos discursivos: o jurídico, o da psicologia, do machismo, feminismo, religioso, institucional, dentre outros. Sustentar

ações por meio de um viés discursivo faz com que olhemos para todas essas fontes discursivas e, a partir de análise detalhada, organizemos nossos fazeres. As análises não ocorrem necessariamente no espaço formal da realização de uma pesquisa, com vistas à escrita de um artigo ou outra forma de produção acadêmica, mas no espaço de supervisões e reuniões de equipe mesmo, a fim de resolver problemas de ordem prática. De todo modo, essas análises colocam em questão, por exemplo, os limites do discurso jurídico, em oposição ao “desejo” de tomar providências, responsabilizar agressores, enfim, fazer algo, quando olhamos a partir de um viés feminista ou mesmo da psicologia. Por outro lado, um viés discursivo nos permitiu visualizar os furos do discurso feminista que, por vezes, nos colocava no lugar daquelas que defendem em todo e qualquer caso a desvinculação do agressor, para passarmos a considerar as singularidades de cada situação, a partir da análise atenta de fala de cada mulher atendida, para além do lugar de vítima de um sistema patriarcal e opressor.

Ainda há um elemento vinculado à língua em seu aspecto material, que percebemos logo no início dos atendimentos ao público: não falamos a língua dessas mulheres! Não compreendemos o que elas nos dizem e elas não compreendem os encaminhamentos que fazemos. Aqui comparece Pêcheux (2009) para dizer o óbvio: a língua não é neutra, mas efeito de sentido entre interlocutores. E ainda nos remete ao conceito de discurso já descrito em AAD-69, quando o autor menciona que “o processo de produção de um discurso (...) resulta da composição das condições de produção (...) com um sistema linguístico dado (PÊCHEUX, In: GADET, HAK, 2014, p. 87), o que depois complementará por meio da noção de que um discurso é sempre suscetível de se tornar outro (PÊCHEUX, 2008). Essa constatação empírica óbvia colocou em discussão o quanto é necessário olharmos para nossa própria fala, de mulheres

universitárias e, por outro lado, olharmos para nosso público neste projeto e questionarmos: quem são as mulheres que nos procuram, que demandas endereçam ao núcleo e se devemos ou não responder a essas demandas. Enfim, as velhas e boas formações imaginárias, que Pêcheux já trazia na fase da AAD-69 (In: GADET, HAK, 2014). O cuidado com os elementos de língua, com base no que Pêcheux já nos coloca de que “a língua constitui o *lugar material* onde se realizam estes efeitos de sentido” (PÊCHEUX, 1975, in: GADET; HAK, 2014, p. 171) permitiu-nos uma escuta mais apurada, atenta aos detalhes e capaz de produzir efeitos na relação com as mulheres atendidas.

À guisa de conclusão, mais uma pergunta: “é possível, então, fazer pesquisa com intervenção a partir da AD?”

Meu percurso das Letras (e da AD) para a psicologia me trouxe uma cobrança de intervenção, devolutiva social em todas as pesquisas. Acho interessante quando observo o percurso de Pêcheux, como Thomas Herbert (1966), tendo que utilizar um pseudônimo para publicar textos pelo fato de estar atuando no laboratório de psicologia social e escrever uma crítica, justamente sobre esta área.

Espantei-me também quando estive na França pela primeira vez e percebi que ninguém (ou pouquíssimas pessoas) conheciam Michel Pêcheux. Acho que essa informação é bastante curiosa pra ser levada em conta quando nos colocamos a pensar nos rumos da AD em um mundo policêntrico: Pêcheux (sobre)vive na América Latina.

Como tivemos por objetivo neste trabalho discutir bases fundadoras e possibilidades da Análise do Discurso enquanto campo teórico que sustenta intervenções, cito as palavras de Pêcheux, em AAD-69: “se o homem entende seu semelhante é por que eles são um e outro, em algum grau, ‘gramáticos’, enquanto o especialista da linguagem

só pode fazer ciência porque, já de início, ele é, como qualquer homem, apto a se exprimir”(In: GADET; HAK, 2014, p. 60). Assim, a pergunta que nos fazemos desde o início deste percurso, entre a AD e a Psicologia é: o que produzimos como efeito ao analisar efeitos de sentido na utilização da linguagem?

Algumas respostas possíveis a essa questão situam-se em um posicionamento de não saber/prever de início os sentidos como dados: e essa posição coloca o “especialista”, interventor, em outra relação com as pessoas no campo da intervenção. Outros efeitos estão relacionados, conforme descrevemos na síntese das pesquisas e intervenções desenvolvidas pelo grupo vinculado ao “Laboratório discursividades, mulheres e resistência”, ao potencial que imprimimos às ações, ao colocar os sujeitos como autores de suas vidas, discursos e, portanto, agentes de mudança. Podemos destacar, ainda, um contínuo movimento de ir e vir entre intervenção e produção teórica, mas não aos moldes da pesquisa-ação, que coloca o pesquisador em um lugar privilegiado de saber.

Para finalizar, podemos dizer que a Análise do Discurso é uma área que, desde sua fundação, promoveu diferentes deslocamentos. Face a um mundo policêntrico que vem buscando resposta a questões que vão e voltam, em meio a ondas de revolução e retrocessos, podemos nos valer das palavras de Paul Henry a propósito da ADD-69:

Os instrumentos científicos não são feitos para dar respostas, mas para colocar questões. É pelo menos isso que Pêcheux esperava de seu dispositivo: que ele fosse verdadeiramente o meio de uma experimentação efetiva. Além do mais, creio que sua reflexão geral sobre aquilo que é verdadeiramente um instrumento científico merece ainda nossa reflexão. Esse deveria ser o caso, se temos em mente aquilo que se coloca atualmente como fornecendo as bases de uma “nova ciência do espírito”, fazendo referência às máquinas de Turing, aos computadores e às redes neoconexionistas ou neuronais. Infelizmente, Pêcheux não está mais conosco para nos ajudar a fazer frente a este retorno do “velho monstro” (GADET; HAK, 2014, p. 38)

Portanto, sigamos experimentando!

Referências:

- BOCCHI, A. F. A. A Militância Feminista Na Web: O Funcionamento Da Argumentação Em Discursos Sobre A Violência No Parto. *Ling. (dis)curso* [online]. 2016, vol.16, n.2, pp.309-328. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-160207-4515>. Acesso em 30.jul.2019.
- BOZZI, B. D; SANTOS; K.A.S. *Feminismo pra quê(m)?* Trabalho de conclusão de curso. Curso de Psicologia, Universidade Estadual do Centro-Oeste-UNICENTRO, 2018.
- FLASH, R.M. D; DESLANDES, Suely Ferreira. Abuso digital ou prova de amor? O uso de aplicativos de controle/monitoramento nos relacionamentos afetivo-sexuais. *Cad. Saúde Pública* [online]. 2019, vol.35, n.1, Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00060118>. Acesso em 30.jul.2019.
- GADET, F; HAK, T (Orgs). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethania S. Mariani et al. 5 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Trad. Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GUILHAMOU, J. Efeito de sentido e visibilidade social: Co-construção discursiva e o espaço de co-produção no trabalho do pesquisador. In INDURSKY, F. LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (Orgs.). *Análise do discurso no Brasil: Mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Ed. Claraluz, 2007, p. 199- 206.
- HENRY, P. Os fundamentos teóricos da análise automática do discurso de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, F; HAK, T (Orgs). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethania S. Mariani et al. 5 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014, p. 11-38.
- HERBERT, T. *Réflexions sur la situation théorique des sciences sociales, spécialement de la psychologie sociale. Cahiers pour l'Analyse*. V. 2. mar-abr, 1966, p. 141-167.
- MALDIDIER, D.. *A inquietação do Discurso: (re) ler Michel Pêcheux hoje*. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2003.
- MENEGHEL, S. N; MARGARITES, A. F. Femicídios em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil: iniquidades de gênero ao morrer. *Cad. Saúde Pública* [online]. 2017, vol.33, n.12, e00168516. Epub 18-Dez-2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00168516>. Acesso em 30.jul.2019.
- PALHARINI, L. A. Autonomia para quem? O discurso médico hegemônico sobre a violencia obstétrica no Brasil. *Cad. Pagu*[online]. 2017, n.49. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201700490007>. Acesso em 30.jul.2019.
- PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso-AAD-69 [1969]. In: GADET, F; HAK, T (Orgs). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethania S. Mariani et al. 5 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014, p. 59-158.
- PÊCHEUX, M; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F; HAK, T (Orgs). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethania S. Mariani et al. 5 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014, p. 159-249.
- PÊCHEUX, M. A análise de discurso: três épocas [1983]. In: GADET, F; HAK, T (Orgs). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethania S. Mariani et al. 5 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014, p. 307-315.
- PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 5 ed. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas SP: Pontes Editores, 2008.
- PÊCHEUX, M [1975]. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2009.

PEDROSO, C. N. L. S; LOPEZ, L. C. À margem da humanização? Experiências de parto de usuárias de uma maternidade pública de Porto Alegre-RS. *Physis* [online]. 2017, vol.27, n.4, pp.1163-1184. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-73312017000400016>. Acesso em 30.jul.2019.

PERON, A. P. *Ser mulher, sentir a violência, enunciar os sentimentos* : um olhar discursivo sobre a humilhação na condição de violência conjugal. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP, 2016.

RODRIGUES, V. P. et al. Prática de trabalhadora(es) de saúde na atenção às mulheres em situação de violência de gênero. *Texto contexto - enferm.* [online]. 2014, vol.23, n.3, pp.735-743. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-07072014001650013>. Acesso em 30.jul.2019.

SALCEDO-BARRIENTOS, D.M; MIURA, P. O; MACEDO, V. D; EGRY, E. Y. Como os profissionais da Atenção Básica enfrentam a violência na gravidez?. *Rev. Latino-Am. Enfermagem* [online]. 2014, vol.22, n.3, pp.448-453. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-1169.3108.2436>. Acesso em 30.jul.2019.

SANTOS, K.A; ZARPELLON, B.C.O. (D) Enunciar a Violência contra a mulher na universidade: uma análise discursiva. In: LAU, H. D; SILVEIRA, E. L. (Orgs). *Raça, Gênero e Sexualidade em Perspectivas Discursivas: teorias e análises*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2019, p.74-92.

TFOUNI, L. V. [1995] *Letramento e Alfabetização*. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

TFOUNI, L. V. *Adultos não alfabetizados em uma sociedade letrada*. São Paulo: Cortez, 2006.

TFOUNI, L. V.; PEREIRA, A. C; ASSOLINI, F. E. P.; SARTI, M; ADORNI, A. O caráter terapêutico da escrita: práticas de letramento em um hospital psiquiátrico. *Paidéia*, 18(39), 2008, p. 101-110.

OLIVEIRA, V.J; PENNA, C.M.M. O discurso da violência obstétrica na voz das mulheres e dos profissionais de saúde. *Texto, Contexto, Enferm.*, 26(02), 2017, p. 01-10. Disponível em < http://www.scielo.br/pdf/tce/v26n2/pt_0104-0707-tce-26-02-e06500015.pdf>. Acesso em 05.set.2019.

Submissão: 08 de outubro de 2019.

Aceite: 06 de novembro de 2019.